



Despacho 27 DESPACHO Recebido nesta data. Registre-se, autue-se. Inclua-se em Pauta, para os efeitos do artigo <u>132</u> do Regimento Interno. Sala das Sessões. <u>10</u> / <u>10</u> / <u>2017</u> PRESIDENTE	Protocolo	PROJETO DE LEI Nº _____/2017.
Autor: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 86 /2017.		

PROJETO DE LEI Nº _____ DE _____ DE 2017.

Autor: Poder Executivo

Concede crédito presumido, no âmbito do ICMS, na saída interestadual de suíno em pé aos contribuintes estabelecidos em território mato-grossense, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõem o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido ao contribuinte estabelecido em território mato-grossense, crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente na operação própria de saída interestadual de suíno em pé.

§ 1º A utilização do crédito presumido de que trata o *caput* deste artigo implica em:

I – renúncia ao creditamento do imposto relativamente a quaisquer entradas tributadas;



II – aceitação, como base de cálculo da operação, dos valores fixados em lista de preços mínimos divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda.

§ 2º A concessão do crédito presumido de que trata o *caput* deste artigo fica condicionado:

- I – a regularidade e idoneidade da operação;
- II – ao contribuinte estar estabelecido em território mato-grossense;
- III - a regularidade perante a Fazenda Pública Estadual do contribuinte;
- IV – ao registro do contribuinte no sistema eletrônico pertinente mantido pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ;
- V – ao contribuinte não usufruir de outro benefício fiscal na mesma operação.

§ 3º A utilização do crédito presumido previsto no *caput* não se aplica ao imposto devido em relação a prestação de serviços de transporte da respectiva mercadoria.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará as disposições desta lei, ficando autorizado a editar normas complementares para disciplinar a forma de controle das operações de que tratam esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos por 180 dias.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, de de 2017, 196º da
Independência e 129º da República.


PEDRO TAQUES
Governador do Estado



MENSAGEM Nº 86, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares,**

No exercício da competência estabelecida no artigo 42, da Constituição do Estado de Mato Grosso, tenho a elevada honra de dirigir-me a Vossas Excelências para submeter à apreciação desse Parlamento, o anexo Projeto de Lei que ***“Concede crédito presumido, no âmbito do ICMS, na saída interestadual de suíno em pé aos contribuintes estabelecidos em território mato-grossense, e dá outras providências”***.

A relevância e a necessidade da proposta encaminhada são inequívocas, uma vez que Mato Grosso possui o 5º maior rebanho de suínos do Brasil com aproximadamente 2,8 milhões de cabeças¹ e para manter os bons índices e contribuir com o desenvolvimento do segmento suinocultor, é necessário criar mecanismos que contribuam na competitividade no Estado.

É imperioso reconhecer o descompasso na capacidade de abate instalada² e a produção de suínos. Se não bastasse, o cenário atual é de crise com baixa comercialização e queda das exportações no mercado exterior devido à operação “carne fraca”, além de uma limitação da capacidade de abate dentro do estado, o que compromete o setor.

Desse modo, acrescentando o tratamento tributário, há uma nítida redução de competitividade em detrimento aos produtores e beneficiadores das outras Unidades da Federação.

Neste sentido, com o propósito de promover o seguimento da suinocultura, principalmente para aqueles suinocultores estabelecidos em outras regiões que não o médio norte, o Estado deve incentivar, através de medidas que permita a aumentar a saída de suínos aos frigoríficos localizados em outras Unidades da Federação, visto a incapacidade mato-grossense atual de abate.

¹ IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – 2015

² O Estado possui 8 plantas frigoríficas de suínos, dessas, 4 possuem o Serviço de Inspeção Federal (SIF) com capacidade de abate diária de aproximadamente 10.400 mil cabeças, sendo 3 dessas plantas (capacidade de 8.500 cabeças) localizadas no Médio-Norte. Fonte: INDEA/MT- 2017.



Destarte, o projeto de lei proporcionará a melhora na competitividade do seguimento da suinocultura mato-grossense nos mercados de outras unidades federadas, mormente em período de retração da economia brasileira.

Diante das razões expostas, por entender que o projeto de lei tem como escopo o atendimento do interesse maior, que é o interesse público, encaminho o presente Projeto de Lei à apreciação deste Parlamento, contando, como de costume, com a colaboração de Vossas Excelências para a aprovação desta Lei.

Ao ensejo, renovo aos membros dessa Casa protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 05 de outubro de 2017.



PEDRO TAQUES
Governador Do Estado



OFÍCIO/GG/ 092 /2017-SAD.

Cuiabá, 05 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **JOSÉ EDUARDO BOTELHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Governador "Dante Martins de Oliveira"
Nesta.

Senhor Presidente,

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a **MENSAGEM Nº 86 /2017**, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que **"Concede crédito presumido, no âmbito do ICMS, na saída interestadual de suíno em pé aos contribuintes estabelecidos em território mato-grossense, e dá outras providências"**.

Atenciosamente,

PEDRO TAQUES
Governador do Estado



AO Expediente
10/10/2017
José Eduardo Botelho
Presidente - ALMT